

**INFORMAMOS QUE ESTA É UMA PRIMEIRA VERSÃO DO TEXTO
APROVADO PARA PUBLICAÇÃO. ESTE ARTIGO AINDA PASSARÁ PELA
FASE DE REVISÃO E DIAGRAMAÇÃO.**

ID: 3113

DOI: <https://doi.org/10.30962/ecomps.3113>

Recebido em: 05/08/2024

Aceito em: 09/12/2024

Incomunicação: os desafios das convivências, das indiferenças e das escutas

Tiago Barcelos Pereira Salgado

Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Resumo: O artigo trata dos desafios das convivências, das indiferenças e das escutas com os quais a comunicação lida quando se atenta para uma de suas facetas, a incomunicação. Essa parte intrínseca aos processos comunicacionais enfatiza o caráter informacional em detrimento das relações em função do aprimoramento dos meios informacionais. Isso contribuiu para que, muitas vezes, o informar fosse tomado como comunicar. Ao ampliar o entendimento da noção de comunicação com base nos três desafios investigados, a comunicação é tratada como relação híbrida, quando alteridades significativas se encontram em contato e contágio mútuo, abrindo-se a outras diferenças em corresponsabilidade mútua.

Palavras-chave: Alteridade significativa. Convivência. Diferença. Escuta. Incomunicação.

Incommunication: the challenges of living together, indifference and listening

Abstract: The work deals with the challenges of living together, indifference and listening imposed on communication when we look at one of its facets, incommunication. This intrinsic part of communication processes emphasizes the informational character to the detriment of relationships due to the improvement of information technologies. This has meant that informing has often been taken to mean communicating. By broadening the understanding of the notion of communication based on the three challenges investigated, communication is treated as a hybrid relation, when significant othernesses find themselves in contact and mutual contagion, opening up to other differences, in mutual co-responsibility.

Keywords: Difference. Incommunication. Listening. Living together. Significant otherness.

Incomunicación: los desafíos de la convivencia, la indiferencia y la escucha

Resumen: El artículo aborda los desafíos de la convivencia, la indiferencia y la escucha con los que la comunicación lidia cuando se presta atención a una de sus facetas, la incomunicación. Esta parte intrínseca a los procesos comunicacionales enfatiza el carácter informativo en detrimento de las relaciones en función de la mejora de los medios. Esto contribuyó a que, muchas veces, informar se considerara como comunicar. Al ampliar la comprensión de la noción de comunicación con base en los tres desafíos investigados, la

comunicación se trata como una relación híbrida, cuando alteridades significativas entran en contacto y contagio mutuo, abriéndose a otras diferencias en corresponsabilidad mutua.

Palabras clave: Alteridad significativa. Convivencia. Diferencia. Escucha. Incomunicación.

Introdução

O advento e o aprimoramento dos meios tecnológicos (telefonía, rádio, televisão, informática e redes) durante o século XX, ao possibilitarem e viabilizarem a propagação e compartilhamento de mensagens, culminaram na era da incomunicação. Para Dominique Wolton (2010), isso se deve ao fato de a faceta informacional da comunicação ter sido exacerbada em detrimento das relações, das partilhas e dos diálogos. Nesse sentido, há trocas interacionais, mas elas incorrem, em sua maioria, em mal-entendidos, desentendimentos e conflitos, como as guerras. Assim, o autor francês assume, por um viés humanista e racionalista, que “informar não é comunicar” – máxima que intitula a sua obra, à qual recorreremos para problematizar a noção de incomunicação. Esta se refere à mera troca de mensagens entre pessoas humanas. A noção de comunicação, por sua vez, diz respeito às relações, às partilhas e aos diálogos também entre pessoas humanas.

É pertinente demarcar que, apesar de soar negativa a faceta da incomunicação, a qual privilegia o informar, não se trata de considerar neste trabalho que a comunicação seja positiva, e a incomunicação, negativa. Em vista disso, este artigo compreende que a técnica e os objetos técnicos, como as mídias, não são neutros. Certamente que as apropriações e os usos feitos das tecnologias de informação e de comunicação variam de atores para atores, situações, contextos históricos, finalidades e competências. Os meios medeiam relações, produzindo-as, ajustando-as e rearranjando-as, e vice-versa. Assim, não assumimos *a priori* uma dimensão culposa ou danosa das tecnologias, mas uma distribuição das responsabilidades e das agências, das quais humanos e não humanos coparticipam (Latour, 1994b, 2012).

Dito isso, é válido mencionar que outras perspectivas também reconhecem que comunicar é algo a mais do que informar, como aquelas apresentadas:

- a) pela Filosofia (G. W. F. Hegel, K. Jaspers, M. Heidegger, G. Bataille, J. Derrida, J. L. Nancy, R. Esposito) – cf. Liesen (2019) e Yamamoto (2020) – antes mesmo da formulação de “teorias da comunicação”;

- b) pela Psicologia Social, na vertente do Interacionismo Simbólico e pela Escola de Chicago (G. H. Mead e C. Cooley – cf. França e Simões (2016) e Martino (2014, 2020);
- c) pelo Pragmatismo norte-americano (C. S. Peirce, W. James e J. Dewey);
- d) pela Fenomenologia Social (A. Schütz) – cf. García (2010);
- e) pelos Estudos Culturais (Stuart Hall) e pelas Teorias dos Meios e Mediações (Jesús-Martín Barbero) – cf. Hohlfeldt, Martino e França (2001) e França e Simões (2016).

Proposições brasileiras avocam essa ideia, como aquelas elaborados por:

- a) Marcondes Filho (2010) – cf. Salgado e Mattos (2022) sobre o conceito de comunicação para esse autor;
- b) Sodré (2014);
- c) Braga (2010a, 2010b, 2012) – cf. Yamamoto (2013) sobre o conceito de comunicação para esse autor;
- d) Baitello Júnior (2017) com base em Harry Pross e outros.

Certamente que o espaço deste texto limita o repertório de trabalhos que já trataram da noção de “comunicação” e de sua relação com o termo “informação”. Por isso, mencionamos algumas que nos são mais próximas e com as quais já trabalhamos. Malgrado essa variedade de abordagens, a questão da incomunicação é muito pouco tratada por tais outras propostas ou sequer mencionada ou nomeada como tal. Ademais, um tratamento que considere outros atores e outras agências que não apenas humanas é minimamente considerado.

Em vista disso, tomando como ponto de partida a proposição de Wolton (2010) de que a incomunicação é intrínseca à comunicação e a reduz à informação, mas sem limitar-se a essa abordagem, este trabalho visa a aprofundar três desafios com os quais a comunicação lida: o das convivências, o das indiferenças e o das escutas. Esses três desafios não foram abordados por aquele autor com profundidade, ainda que possam se manifestar timidamente em sua obra. Por isso, demandam aprofundamento neste texto.

Um dos sentidos possíveis do termo “comunicação” é informação, acepção esta atribuída e perpetuada a partir de meados do século XX principalmente pela Teoria Matemática e pela Pesquisa Administrativa norte-americanas, com o advento dos meios de

informação e de comunicação. Como apresentado nos principais livros brasileiros de Teorias da Comunicação (Salgado; Oliveira, 2022), isso demarca a *hybris* do ponto zero dos estudos comunicacionais. Entretanto, o mesmo vocábulo apresenta outra significação: relação e/ou interação. Wolton (2010) frisa este último sentido, mais coerente com a etimologia da palavra “comunicação” a nosso ver, que foi empregada inicialmente em contexto medieval e religioso (séculos XIV e XV) para designar a ação de romper com o isolamento e ir ao encontro de outros, como faziam os monges cenobitas ao saírem de seus aposentos e se dirigirem à mesa para partilharem uma refeição coletiva. Posteriormente, o termo foi tratado como “interação simbólica” na Modernidade pelo Interacionismo Simbólico (início do século XX) e outras vertentes (Salgado; Mattos, 2020). Por isso, o autor francês é categórico ao afirmar que “informar não é comunicar”.

Acerca dessa alegação, é válido retomar a posição de Marcondes Filho (2012, p. 42) em um artigo sobre a incomunicação. Para ele, a comunicação não é “[...] transmissão, transferência, deslocamento de nada. Essas definições carregam em si a ideia equivocada de que há um objeto, uma coisa, algo que é movido de um ao outro”. Com base em Niklas Luhman, o autor brasileiro compreende que mensagens não portam nada, de modo que sinais não carregam qualquer conteúdo (Marcondes Filho, 2019). Desse modo, o argumento de Marcondes Filho (2012) se aproxima daquele de Wolton (2010). Isso nos leva a considerar, em vista da revisão de literatura efetuada, que comunicar é mais do que informar.

Para o teórico brasileiro, haveria um equívoco na proposição de que algo poderia ser partilhado e/ou tornado comum pela/em comunicação. Isso porque sensações, emoções, sentimentos e experiências são ocorrências únicas e singulares, restritas ao sujeito. A comunicação, por esse viés, seria um acontecimento raro. O acontecimento comunicacional, por essa via, se realiza quando a exposição ao/a outro/a, à alteridade radical por ele/a portada, é capaz de propiciar desconfortos, rearranjos, deslocamentos, transformações e perturbações. Esse acontecimento não é apenas positivo, o que igualmente não implica ser negativo, mas tensionador.

Concordamos em partes com esse argumento, pois, a nosso ver, não se trata exatamente de raridade, mas de tentativas nas quais pode haver graus ou níveis de comunicação – algo próximo aos sentidos que o termo “comunicação” adquiriu no decorrer dos séculos: comunitário, espiritualista, retórico, transmissivo, informacional, técnico e terapêutico (Peters, 1999, 2008; Salgado; Mattos, 2020).

Braga (2010a) criticou o argumento de raridade proposto por Marcondes Filho ao propor que a comunicação é tentativa. Concordamos com o primeiro no sentido da tentativa de estabelecimento de vinculações; por outro lado, incluímos nessa processualidade as categorias de contato e contágio, que se estendem também para outras alteridades que não apenas humanas. Acrescentamos, ainda, que o argumento de Marcondes Filho (2012) é frágil porque o informacional é uma das facetas ou um dos sentidos da comunicação, assumindo, diferentemente deste último e de Wolton (2010), que comunicar é também informar, mas não só isso.

Ademais, a etimologia da palavra “comunicação”, em seu uso comum e cotidiano, conforme sua concepção, já implicava a ideia do tornar comum ou compartilhar (Winkin, 1999; Martino, 2001), de modo que negligenciar o comum ou mesmo suprimi-lo como categoria que auxilia na definição de “comunicação” incorreria em desconsiderar a historicidade desta última noção. Em adição, juntamente com Sodré (2014), entendemos que a Comunicação é a ciência do comum, mas incluímos a ressalva de que esse comum é produzido com outras alteridades que não exclusivamente humanas.

Este trabalho considera, então, que a comunicação opera em relações híbridas plurais,¹ não sendo tão somente humana, ainda que sua etimologia frisasse, a princípio, apenas as interações humanas. Isso quer dizer que os processos comunicacionais também se realizam em relações interespécies (flora com flora, fauna com fauna, flora com fauna e vice-versa, sendo as relações humanas necessariamente mediadas por não humanos, como objetos técnicos e mídias, por exemplo, ainda que não exclusivamente por estes – relações humanas com animais e plantas) (Salgado, 2022). A comunicação também se expressa em relações interobjetais (objetos com objetos, como máquinas, *internet* das coisas, protocolos digitais, sistemas de geolocalização, *bluetooth*, realidade virtual e aumentada, meios de informação e de comunicação, inteligência artificial etc.) (Lemos, 2013). Nesses tipos de relações híbridas, certamente pode haver troca informacional, mas isso não caracteriza o processo comunicacional como um todo e não o qualifica como tal, pois este também implica contato e contágio, como explicitamos adiante. O informacional é, assim, uma das facetas da

¹ A noção de “híbrido” adotada em nossa abordagem recorre às formulações críticas de Bruno Latour acerca da Modernidade. Esse autor considera que os seres humanos jamais foram modernos porque jamais foram capazes de efetivamente separar o que é próprio da natureza e o que é específico da cultura. Latour (1994a) nomeia “purificação” essa prática que cinde dois polos, tendo sido esse o esforço do que ele também nomeia “Constituição Moderna”. Em contraste com essa prática de bifurcação, o autor propõe a “mediação”, que possibilita situar os humanos como seres de natureza-cultura, isto é, como híbridos.

comunicação, um de seus sentidos possíveis, que pode ser mais ou menos aparente conforme cada relação estabelecida, os agentes e os meios implicados.

As dinâmicas comunicacionais podem se configurar distintamente conforme os tipos de associações e os entes em relações, pois cada arranjo agencia entidades outras que agem conjuntamente de maneiras que vão se diferenciando. Como no jogo de barbante cama-de-gato, convocado por Donna Haraway (2023) para pensar diferentes tessituras entre simbioses (organismos intrinsecamente relacionados), cada relação abre um possível de figuras e formas comunicacionais em virtude dos atores postos em relação, dos modos como agem, de outros atores mediados (levados a agir) e das condições de agenciamento ofertadas pelos ambientes – as *affordances* (Gibson, 1982, 2015; Latour, 2012; Salgado, 2023).

Conforme esta abordagem, a comunicação é concebida em biossociabilidade, pois atualiza a potência de contato e contágio (comunicabilidade) entre entidades (Salgado; Oliveira, 2023). Logo, a comunicação é associal (enreda atores que não apenas humanos em associações híbridas), e não meramente social (exclusivamente humana) (Lemos, 2020, 2023; Salgado, 2022).

As associações demarcam posições, postas que relacionais. Temos, então, uns/umas em relação a outros/as, postos/as em relações majoritariamente assimétricas, que incidem em quem diz o quê e quem pode de fato dizer. Isso nos direciona para a questão da escuta, a ser aprofundada. Essas assimetrias se devem à própria condição ontológica dos “entres” (termo utilizado em detrimento de seres, que demarca a unicidade, a imutabilidade e a estabilidade do ente) (Marras, 2018), que são dessemelhantes, ainda que possam ser categorizados e pertencerem a um mesmo grupo, como seres humanos, não humanos ou objetos, ou mesmas espécies, mesmos reinos (mineral, vegetal ou animal), filos, mesmas classes ou ordens – aqui é válido lembrar que essa classificação remonta às categorias aristotélicas e à árvore de Profírio (este, discípulo de Aristóteles), com impactos posteriores nas propostas darwinianas (evolução e diferenças entes espécies), cartesianas e kantianas (sujeito conhecedor e coisa/objeto a ser conhecida/o).

Malgrado a tentativa de buscar aproximações e agrupamentos, as classificações incorrem em exclusões. A condição excludente das categorizações, sobretudo aquelas forjadas na Modernidade colonialista (Quijano, 1992), impulsiona o especismo (habilidades de racionalidade, intencionalidade, abstração e simbolização atribuídas aos humanos em detrimento de outros animais), o racismo (diferenças entre raças, como brancos superiores a

não brancos), o etarismo (diferenças entre idades), o sexismo (sexo, gênero), o capacitismo (condições físicas, mentais), o classismo (classes sociais), entre outras exclusões como aquelas pautadas em escolaridade, religião, nacionalidade etc. Com efeito, os/as outros/as excluídos/as, ou as alteridades excluídas (mulheres, não brancos/as, afrodiáspóricos/as, doentes mentais, orientais, indígenas, não cristãos/ãs etc.) como destacam Santaella e Nöth (2009) ao revisarem a noção de “alteridade”, decorrem do próprio eurocentrismo. Este acentuou as outridades (termo sinônimo de alteridades, conforme os autores mencionados) como exóticas, quer dizer, como externas a uma elite privilegiada que poderia conhecer outras culturas que não ela mesma pela justificativa de serem diferentes, bárbaras, primitivas.

As assimetrias são inerentes aos processos comunicacionais, mas trazem o imperativo ético das convivências e o de lidar com as diferenças, ou seja, com as “alteridades significativas” (Haraway, 2023). A significância das alteridades, humanas ou não, refere-se ao interesse mútuo, no sentido de que os/as outro/as também nos tornam quem vamos sendo, pois, à medida que nos abrimos às outridades, também participamos do mundo e nos defrontamos com os desafios daqueles/as que não somos nós mesmos/as (Marcondes Filho, 2010, 2012). Assim, ainda que as assimetrias ontológicas de diversas ordens (composição físico-química e biológica) levem a exclusões e a discriminações múltiplas, conduzindo, muitas vezes, à incomunicação, à falta de diálogo e, portanto, à falta de vinculação, este trabalho busca evidenciar os outros desafios impostos pela incomunicação: as convivências, as indiferenças e as escutas.

Incomunicação

Em função da difusão e do aprimoramento dos meios tecnológicos, Wolton (2010, p. 11) parte da relação entre informação e comunicação para tratar da incomunicação, categoricamente afirmando: “se não existe comunicação sem informação, a comunicação é sempre mais difícil, pois impõe a questão da relação, ou seja, a questão do outro”. Para Wolton (2010), a incomunicação opera justamente nessa relação entre alteridades, tendo em vista que os agentes em comunicação nunca se encontram em pé de igualdade de

compreensão, ainda que visem à negociação e a um acordo comum – o consenso.² Esse “não chegar a total compreensão”, a nosso ver, aproxima-se da improbabilidade da comunicação tanto para Luhmann quanto para Marcondes Filho (Signates, 2024).

Nesse sentido, a comunicação implica, para o autor francês, uma dinâmica democrática e política, como negociação. Todavia, não implica sempre concordância. Dissensos, controvérsias, desacordos, conflitos, desentendimentos, mal-entendidos e más compreensões integram os processos comunicacionais (Salgado; Oliveira, 2023). A comunicação, como processualidade, então, é tensiva de comunicabilidades (mais probabilidade à comunicação, diversidade de potencialidades) e incomunicabilidades (menos probabilidade, redução das potencialidades).

Essa ideia de que o desentendimento é mais provável que o entendimento já estava presente em Luhmann, referindo-se ao aceitar ou não o que se diz (a informação) (Signates, 2024). De fato, a questão do outro é o que demarca a discussão sobre alteridade na Semiótica, na Filosofia e nas Sociologias Culturais, bem como na Antropologia e na Comunicação (Santaella; Nöth, 2009), e igualmente situa a problemática da comunicabilidade e da incomunicabilidade. Nesse sentido, a alteridade é fundamental e constitutiva do eu (*self*) e de sua significação, como já defendiam Peirce, Augusto Ponzio, Bakhtin, Nobert Elias, Lévinas, Greimas, Bauman e Derrida (Santaella; Nöth, 2009).

O psiquiatra espanhol, Carlos Castilla del Pino citado por Marcondes Filho (2012, p. 43), por sua vez, defende que a incomunicação se manifesta porque “nossas falas e sinais perdem-se no trivial e no frívolo”. Para o espanhol, haveria, ainda, um outro setor nos seres humanos destinado àquilo que não se fala ou que não se sabe dizer. O calar-se, entretanto, para Marcondes Filho (2012), não se reduziria à incomunicabilidade, pois o não comunicar estaria ligado a uma decisão pessoal ou mesmo ao psiquismo do próprio sujeito. Para o brasileiro, no mesmo sujeito residiria a vontade e o desejo de comunicar ou não. Ademais, parece-nos que para Marcondes Filho (2010) seria possível comunicar sem haver necessariamente troca informacional – nesse ponto o brasileiro se distancia, em partes, de Niklas Luhmann, pois este limitaria a comunicação ao entendimento, assumindo uma função

² Acerca dessa tentativa de acordo em situações de comunicação, Wolton (2010) recorre à proposta de Jürgen Habermas de uma teoria da ação comunicativa. Conforme essa abordagem, por meio da linguagem, a humanidade se organiza socialmente em busca do consenso de forma livre de qualquer coação externa e interna.

meramente confirmativa que concretizaria a diferença entre sinalizar e informar, distinção bastante discutida pelo autor brasileiro.³

A incomunicação, portanto, é o horizonte da comunicação, não como sua impossibilidade, mas como dinâmica intrínseca aos processos comunicacionais e probabilidade latente deles. Theodor Adorno, expoente da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, já alertava para as incompreensões, afirmando que “[os] mal-entendidos são o meio pelo qual o incomunicável é comunicado” (Adorno, 1973, p. 232, tradução nossa).

Com efeito, uma comunicação sem ambiguidades é bastante rara, como argumenta o filósofo Thierry Paquot (2019) ao se voltar para a incomunicação. Os sentidos e propósitos podem ser equivocados, mal interpretados; uma coisa pode ser tomada por outra (um quiproquó). Para este trabalho, ainda assim são comunicáveis ou possuem gradações de comunicação.

De modo semelhante à Wolton (2010), Paquot (2019) destaca que o desenvolvimento tecnológico traz à tona a incomunicação. Com isso, o sentido da palavra “comunicação” passa a se atrelar às vias de comunicação, como as malhas férreas. Na virada do século XIX para o XX, Paquot (2019) pontua que o advento das tecnologias de informação e de comunicação passa a sugerir a ideia de que a comunicação é criada por elas, ou seja, há comunicação porque há informação. Assim, a comunicação poderia ser, tal como as máquinas, aperfeiçoada e corrigida. Isso é redutor e incorre na intensificação da incomunicação.

Como ambos os autores defendem, a incomunicação deixa um lugar para a comunicação. Nesse sentido, mais do que a ideia de compartilhamento de mensagens (informação), Wolton (2010) alerta que se trata de uma necessidade de passagem às ideias de negociação e de coabitação. Trata-se, assim, de um desafio de convivências: “O desafio é menos de compartilhar o que temos em comum do que aprender a administrar as diferenças que nos separam, tanto no plano individual quanto coletivo.” (Wolton, 2010, p. 12). Em acréscimo: “A comunicação é um problema de convivência e de laço social, característica de uma sociedade de movimento, de interatividade, de velocidade, de liberdade e de igualdade.” (Wolton, 2010, p. 25).

³ Conforme assinala Signates (2024), a comunicação em Luhmann não equivale à interação social e nem à relação intersubjetiva, mas é uma dinâmica própria do sistema social. Em vista disso, é o modo de reprodução da sociedade manifesto nas atividades de a) informação (seleção do que se diz); b) participação (seleção do modo como se diz; e c) compreensão (o que ocorre àquele a quem se diz – se aceitará ou não). Para o autor, a comunicação opera no tensionamento entre comunicabilidades e incomunicabilidades, com quem partilhamos dessa abordagem.

Logo, o problema do laço social diz respeito à fragilidade desses vínculos frente à redução da comunicação à expressão e à interatividade, que remetem, para o intelectual francês, ao individualismo. Por outro lado, o comunitarismo, a outra ideologia que ameaça a comunicação junto ao individualismo, refere-se à “marginalização da questão da alteridade e à possibilidade do encerramento em espaços virtuais” (Wolton, 2010, p. 24).

O autor francês não aprofunda a noção de convivência. Pelo fato de mencionar os ambientes *online*, vale um comentário acerca das relações nesses espaços. A nosso ver, nas plataformas *online* há muita gente falando e pouca gente escutando, aprisionadas em bolhas, uma vez que a escuta, diferentemente do ouvir, implica na abertura para o outro.⁴ O aprofundamento das relações é pontual, pois a superfície das textualidades, das imagens e dos sons é rápida e insistentemente esvaída pelo deslizar nas telas. São raros os momentos de aprofundamento. A não criação de vínculos se manifesta, por exemplo, no ato de deixar de seguir alguém. Isso explicita, assim, a não socialização, uma vez que alguém não se associa com outro, não se vincula a ele. O silêncio e a não resposta também comunicam, pois dizem de uma escolha. Desse modo, não curtir, não comentar, não compartilhar etc., são ações que dizem pelo não dizer, que produzem sentido pela ausência. Por outro lado, essas ações podem não criar vínculos ou mesmo criá-los frágil e temporariamente em função da indiferença, da não correspondência.

Em ambientes *online*, a incomunicação pode imperar pelo fato de não se atentar para o outro, ou mesmo tentar silenciar as alteridades em função de pontos de vista distintos que podem incorrer em ódio como sentimento, impossibilitando diálogos (os cancelamentos), beirando a mera troca textual ou de mensagens que recai em troca argumentativa desrespeitosa. O mesmo sentimento pode até estabelecer vínculos temporários e frágeis, dados no calor do instante de opiniões adversas.

Assim, haveria comunicação não exatamente pelo comum ou pela tentativa de se estabelecer um comum, mas justamente pela possibilidade de embate entre posições (políticas, religiosas etc.), ou seja, pelo contato entre diferenças que visam a demarcar e a reafirmar que são diferentes. O questionamento a ser feito é em que medida esse contato levaria a um contágio mútuo e em que consistiria de fato esse contágio. A hipótese é de que o contágio é provisório e movido pelas emoções (as menos altruístas) e pelos sentimentos (os

⁴ Acerca dessa diferenciação entre ouvir e escutar é válido conferir a entrevista de Christian Dunker disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RNJei5AR-mc>. Acesso em: 21 jun. 2024.

menos recíprocos), podendo se aproximar da incomunicação quando recai na mera troca informacional, no mero ouvir e não na escuta interessada, que se volta para o outro menos numa posição de ataque do que de acolhimento – não necessariamente de concordância, mas de respeito.

Apesar de a produção comunicacional poder ocorrer não apenas com o propósito comum como finalidade ou horizonte, o respeito mútuo entre as diferenças – aquilo que Haraway (2023) nomeia cuidado ou responsabilidade –, é necessário para que, ao menos, haja convivência. Assim, as alteridades podem ser tomadas como significativas, como hábeis e capazes de moldar um si mesmo, não simplesmente no sentido de equilíbrio, homeostase ou consenso, mas como deslocamento. Segundo a abordagem de Marcondes Filho (2012), como provocação, sendo capazes de deslocar os comunicantes, tornando-os outros (não apenas pelo reconhecimento de um eu e de um não-eu, mas também como diferentes do que eram).

Em vista disso, opiniões discordantes integram o jogo comunicacional. A questão é que a dessemelhança não deve apagar a diferença, ou seja, a possibilidade de ser si mesmo sendo outro, como alteridade significativa, como “diferenciante” – temos preferido usar este termo para expressar a constante mutabilidade do “ser” e a processualidade do comunicacional, que não se restringe ao mero ato ou gesto comunicacional. De fato, o que é observável são os diferentes atos comunicacionais que compõem a processualidade. O processo de comunicação não se reduz aos atos, pois é mais do que eles; mas os atos produzem a dinâmica e a possibilitam se desdobrar em outros e possíveis novos inventivos atos.

O esforço comunicacional em acolher a diferença é “evitar qualquer tentativa de reduzir o outro ao ‘eu’, de fundir-se a ele” (Martino; Marques, 2023, p. 29). Sem convivência, então, sem acolhimento, o que resta é a indiferença, que é o contrário da comunicação (Salgado, 2023), como será aprofundado em tópico específico. É nesse ponto, então, que os desafios das convivências, das indiferenças e das escutas se entrelaçam.

Para Wolton (2010), comunicar é conviver. “A convivência é o símbolo de uma perspectiva normativa voltada para manter associados valores e dimensões contraditórias” (Wolton, 2010, p. 26). O “viver com” expressa a ideia de comunhão, do estar junto, do unir e do reunir, do romper com o isolamento presente na noção de comunicação (Salgado, 2022, 2023). Apesar de a noção de convivência comumente beirar a harmonia, a concordância, o total equilíbrio, esse estado de homeostase é provisório e passível de perturbações.

A convivência, desse modo, como se aprofunda no próximo tópico, refere-se ao coexistir com as diferenças, a uma continuidade do viver em comum em respeito ao dessemelhante, com implicações éticas de cuidado, de responsabilidade de corresponder, de atentar para as diferenças e considerá-las ao agir, posto que são elas que propiciam os encontros, nos quais pode haver contatos e contágios e, então, comunicação.

O desafio das convivências

A variedade de entidades expressa que viver é coexistir e conectar, isto é, conviver. Considerada em biossociabilidade, quer dizer, ecologicamente, a comunicação implica o enredamento contínuo e processual de viventes em tramas que integram conjuntos de associações atravessadas por diversos fios que se esbarram e se conectam nos diferentes encontros possíveis. Esses fios tensionam o comum juntos, como no jogo cama-de-gato mencionado. O comum pode ser compreendido, nessa ótica, como a tensão entre esses fios, e não simplesmente como o resultado ou a consequência do arranjo efetuado, pois vai se reconfigurando a cada novo arranjo suscitado pelos “diferenciantes” em jogo.

Essa ecologia comunicacional considera de modo simbiótico as possibilidades de encontros e convivências entre as diversas entidades que compõem mundos, humanas ou não, divinas ou não, de modos interdependentes e irreduzíveis (Salgado; Oliveira, 2023). A comunicação refere-se à coabitação espaço-temporal entre “diferenciantes” e da reciprocidade entre tais, que rompem o isolamento e vão ao encontro mútuo, convivendo, fazendo-se-com, compondo-se, em devir-com, em tornar-se com e em dever-com, conforme a proposição de Haraway (2023) (Salgado, 2023).⁵

Nos múltiplos encontros possíveis, o que se tem são alteridades significativas (Haraway, 2023), em contato e em contágio mútuo, cuja afetação recíproca molda diferentes arranjos, figuras e formas de sociabilidade, ou melhor, de comunicabilidade concebida em biossociabilidade. As convivências entre “diferenciantes” evidenciam o entrar em contato mútuo, ou seja, o momento quando os “entres” se encontram – Haraway (2023) emprega a ideia de “quando as espécies se encontram”. O contato, então, “diz respeito a um devir-com jogado em zonas de contato, ou seja, em localidades nas quais as espécies se encontram, não

⁵ Marcondes Filho (2012), Liesen (2019) e Yamamoto (2020), com base na Filosofia, destacam na Comunicação que o ser se “faz com” outras alteridades. A preferência por Haraway se deve por sua ampliação do “com” para outras entidades que não apenas humanas, bem como por sua abordagem multiespécie e simbiótica.

antecedendo-as, mas sendo feitas com elas, nas situações de encontro” (Salgado; Oliveira, 2023, p. 9). Essas zonas de contato, como sublinhado, também são zonas de atritos, de fissuras, de rupturas e de inventividades.

O contágio, por sua vez, se dá quando há mediação, transformação, alteração, quer dizer, mútua afetação entre os/as “diferenciantes” associados/as, que agem uns/umas sobre os/as outros/as. Com base no sociólogo e jurista francês Gabriel Tarde, “[e]ssas relações infinitesimais se desenvolvem em um plano que não diferencia o social e o individual” (Salgado; Oliveira, 2023, p. 74). O que há é a formação de uma coletividade, de uma composição irreduzível às suas partes, de um conjunto de vinculações indiferenciáveis.

O jogo comunicacional, assim, desarma expectativas ao se abrir para múltiplos arranjos possíveis entre diferenciadores inesperados que podem se pôr em relação. Como abertura, a comunicabilidade incorpora imprevisibilidades e cria coletivamente outros possíveis em dinâmicas de trocas recíprocas e tessituras conjuntas de experiências e vivências, variantes a cada encontro. Assim, a comunicação coloca em relação entidades que convivem em interdependência e criam inventivamente mundos comuns habitáveis em meio a suas diferenças (Salgado, 2023). Em outras palavras, a comunicação produz outras comunicações, não se limitando espaço-temporalmente aos atos comunicacionais, pois é processual, dinâmica, inventiva e gerativa.

A comunicação, por essa via, também é comunicação intermundos. Não se trata de querer falar pelos outros (outros povos, outros gêneros, outras classes, outros corpos, outras espécies, outras materialidades, outras entidades e divindades) ou assumir o ponto de vista deles, apagando as alteridades e dando voz a hegemônias coloniais modernas. Trata-se de uma outra cosmopraxis e de outra sociocosmologia que consideram as possibilidades de ação e agenciamento de outras entidades que não apenas humanas, mas com as quais há partilha da condição de humanidade (Oliveira; Salgado, 2023).

A comunicação intermundos, então, é ecológica pois há uma disposição relacional entre diferenciadores múltiplos. Em vista disso, há implicações éticas nas relações comunicacionais porque “[h]abitar com as diferenças é comunicação, e a pesquisa em comunicação é um trabalho com as diferenças” (Oliveira; Figueroa; Altivo, p. 13). A propósito, a garantia de convívio entre “diferenciadores” (convívio híbrido) reside na possibilidade de não extermínio de outras formas de ser, pensar, agir e conhecer, isto é, do não apagamento das diferenças, sejam elas quais forem. A tensão do comum em meio às

diferenças é um gesto tentativo e inventivo na busca de cocriações de experiências não hierárquicas, visando ao estabelecimento de pontes e zonas de encontros, nos quais pode haver contato e contágio mútuos.

Com base nessa ideia de habitar a diferença, tal como proposta por Oliveira, Figueroa e Altivo (2021), Lucrécia Ferrara (2021) sublinha que a diferença é condição para a comunicação. Em publicação anterior, Ferrara (2016, p. 15) destaca que uma epistemologia da comunicação se relaciona com “aprender a aprender e construir a diferença que consolida o comunicar à medida que supera a homogeneidade transmissiva”. Em certa medida, essa visão se aproxima daquela de Wolton (2010) acerca do desafio de superação da incomunicação pela relação, pela convivência. Pela via de Ferrara (2021), pelo habitar com e na diferença. Para este trabalho, pelo conviver, pelo escutar e pela ruptura com a indiferença.

Fundamentados em Ferrara (2021), Martino e Marques (2023) depreendem que o comunicar (como verbo, ação, abertura processual) apresenta uma propriedade de simultaneamente habitar na diferença e como diferença. Na processualidade comunicacional, portanto, está implicada a diferença; ela é constitutiva da ação comunicacional; está entrelaçada à comunicação, mas não se confunde com ela. Em síntese, “a comunicação só existe na diferença” (Ferrara, 2016), é sua condição (Martino; Marques, 2023). Para esses dois últimos autores, “[n]ão há comunicação no idêntico na medida em que não só não há o que comunicar, mas também não há diferença específica capaz de produzir o fenômeno comunicacional [...]” (Martino; Marques, 2023, p. 24). Em outros termos, as entidades se associam pois são distintas – em uma mesma espécie há diferenças entre os seres, que ultrapassa também características biológicas pois requerem condições ambientais e relacionais, bem como condições e modos de ação.

Como ética da alteridade significativa (Salgado, 2023), a comunicação é esse esforço contínuo e recíproco de criação de “conexões afetivas” (Haraway, 2009), de construção de respeito para além da mera coexistência. Isso concerne a situar-se com as entidades que nos rodeiam e com as quais tecemos e compartilhamos mundos, não no sentido de tomada ou conquista de suas posições, mas da capacidade de corresponder, isto é, de responder ao convite do encontro, ou melhor, de ir ao encontro, rompendo o isolamento e a indiferença, não de modo mimético ou simétrico, mas empático.

Não se trata de todo da antecipação das condutas, pensamentos e respostas dos/as outros/as porque isso é uma expectativa frustrada quando se comunica, tendo em vista que

não há correspondência imediata e completa dessa expectativa entre os diferenciadores em comunicação.⁶ Isso porque tais entidades são diferentes quer em espécie, materialidade, idade, gênero vivências, credos, raça, escolaridade, condição biológica etc. Ora, trata-se de romper com a indiferença, promovendo a empatia, ponto ao qual este texto passa a se dedicar.

O desafio das indiferenças e das escutas

Ao considerar a indiferença como o contrário da comunicação, consideramos que ela se manifesta quando a vinculação, o contato e contágio estão ausentes ou se apresentam de maneira frágil, temporária e provisória. Nesse sentido, a indiferença beira o isolamento e se dá quando não há empatia entre as alteridades significativas, uma vez que a comunicação implica o encontro entre diferenciadores que mutuamente se contagiam, certamente em gradações variadas e variantes. Por isso, concordamos com Wolton (2010) e Marcondes Filho (2010) quando alegam que apenas informar não é comunicar. Trata-se também, como visto, de um conviver, conforme Haraway (2023) e Ferrara (2021).

O alargamento da noção de comunicação como disposição à sociabilidade é ofertado por Sodré (2023) quando ele retoma a ideia de “viver juntos” e a noção de vizinhança (presente no termo grego *philia*) para enfatizar a formação das cidades gregas, indicando tanto a partilha de um mesmo espaço quanto aqueles que viviam próximos: os vizinhos. Nas palavras do autor, trata-se da “[...] intenção de tornar comuns as diferenças ou fazer a união dos opostos que, no entanto, em sua dinâmica, fazem circular a *philia*” (Sodré, 2023, p. 22).

Nos encontros entre diferenças, o comum (seja ele o lugar, o local ou a comunidade) opera como vinculação constitutiva. Em outros termos, passa-se a ser porque se está sendo em relação às outras alteridades que estão próximas. Essa dinâmica entre alteridades tensiona o comum. Nessa comunidade, há, como ressalta o autor, troca de valores e partilha de crenças.

A propósito, cabe acrescentar a perspectiva de Martino e Marques (2023, p. 39), para os quais “[a] comunicação se dá na comunidade e expressa um incontido desejo de estar com o outro, de aceitar o desafio que o outro nos lança por meio de sua singularidade, de sua

⁶ Este trabalho reconhece a contribuição da noção de “outro generalizado” proposta por G. H. Mead (1934), que traça a conversação entre eu e mim na produção do *self* como instância psicossocial que internaliza normas, valores e expectativas culturais compartilhadas pela sociedade como um todo por meio da autoconsciência, da intencionalidade e da reflexividade dos sujeitos. Por outro lado, este texto acrescenta a improbabilidade de completude de se colocar efetivamente no lugar de outro/a em função de não correspondência imediata entre expectativas. Se houver tal possibilidade, ela é incompleta e se trata de uma tentativa aproximada e, portanto, não exata. Marcondes Filho (2012) tratou dessa questão pela via da incomunicação, sem citar Mead.

diferença”. Esse desejo é o que este trabalho trata como empatia. Em complementação, é válida a proposição dos autores de que a diferença não deve se tornar desigualdade, o que aponta para a dimensão política e democrática posta em jogo quanto a uma ética que busca semelhanças mesmo em meio às individualidades, garantindo o respeito e a própria possibilidade de instauração da comunicação por meio da construção tensiva de um comum – um comum buscado mesmo em meio às diferenças.

Por essa via, a indiferença é a exclusão das diferenças e de suas mediações, é a supressão das diversidades e de suas crenças, e a insistência na categorização hegemônica, hierárquica, racista e colonial das multiplicidades. Ser indiferente é não se interessar pelos/as outros/as, sendo apático/a às convocações feitas pelas alteridades; é sequer se dispor a abrir-se para outros mundos e arranjos interacionais – isso poderia conduzir à “acomunicação” ou não comunicação.

A indiferença é a total apatia, o não sentir o/a outro/a e evitar ser sentido pelos/as e produzir sentido com os/as outros/as. Isso diz respeito a uma completa insensibilidade pelos/as próximos/as e a uma rígida incapacidade ou a um rígido desinteresse de conectar-se. Trata-se de um total desrespeito e descuido com as alteridades, uma repleta falta de envolvimento com os/as outros/as e apego ao isolamento. A indiferença e a apatia evitam as tensões, por meio das quais o comum e a comunicação podem ser instaurados. Não haveria, portanto, tensionamento entre comunicabilidades e incomunicabilidades.

Como total descompromisso, a indiferença é um desafio, quer seja pela associação, quer seja pela comunicação. A incomunicação pode esbarrar na indiferença e pode chegar à comunicação ao suprimir as relações e reduzi-las às trocas informacionais mecânicas nas quais o simples contato impermeabiliza o contágio uma vez que há apenas o toque e o atrito sem a atadura, sem a mútua correspondência afetiva, sem a abertura à coprodução recíproca. A incomunicação torna-se “acomunicação” quando deixa de produzir tensões, quando os diferenciadores optam por não comunicar – haveria nessa dinâmica um paradoxo, posto que não comunicar é ao mesmo tempo comunicar, pois implica em contatos e contágios que não se realizam, ou seja, um comunicável pela ausência. Sem dúvidas esse paradoxo pode ser explorado mais a fundo em trabalhos futuros.

Sendo a comunicação uma relação ecológica intermundos, ela é uma prática e um processo que demanda escutas (Salgado; Oliveira, 2023). A indiferença abafa as escutas (o interesse, a empatia) e centra-se apenas no ouvir (recepção sonora), permanecendo um clamor

dos corpos e das existências por serem considerados/as nos encontros no que tange às suas materialidades, afetações e pragmáticas. Na dimensão intermundos, a comunicação poderia se manifestar quando outras entidades e divindades não se manifestam ou se fazem ausentes das convocações performadas coletivamente ou mesmo quando os ritos e rituais são interrompidos por quaisquer circunstâncias, o que impediria a conexão com outras entidades.

Como relação, então, mais do que um dizer – como no modelo proposto por Harold Lasswell que assume um dos polos do sentido comunicacional –, a comunicação implica escutar, atentar, mirar o/a próximo/a e tentar estabelecer vinculações com as alteridades. Assim, é mais também do que o “a quem” no modelo de Lasswell, pois abarca a ideia de *feedback*, retroalimentação ou resposta elaborada a partir dos anos 1940 com a Cibernética, e não um mero ponto de chegada ou o polo final do sentido comunicacional. Ademais, as lacunas comunicacionais de quem pode falar (mais do que dizer, que se refere apenas ao afirmar ou declarar, sem engajamento), “constituem, assim, os obstáculos que sustentam certas formas de saber-poder-ver capitalísticas que se nutrem da inviabilização da partilha de mundos” (Oliveira; Salgado, 2023, p. 153).

Nas relações com as tecnologias e com os objetos técnicos, que podem ser exploradas em outras pesquisas, as escutas podem implicar reajustes de sistemas operacionais e procedimentos rotineiros de respostas que são reformulados e/ou atualizados com base nas performances dos diferenciadores com tais objetos. Os erros e falhas, que soam como mal-entendidos ou desentendimentos de tarefas não realizadas ou truncadas rearranjam o jogo comunicacional entre os atores, suscitando ações não previstas ou inesperadas de reparação ou mesmo de estranhamento frente a comandos realizados (por exemplo, pode-se pedir a um sistema, como a Alexa, que toque uma música mais festiva cujo título está em inglês e, pela incompatibilidade de voz, timbre ou articulação do pedinte, a ação seja indicar e tocar outra música mais melancólica ou mesmo desconhecida pelo ouvinte; ou mesmo um sistema de busca ou digitação que constrange usuários pela escrita incorreta de palavras).

A indiferença, como recusa e, portanto, impossibilidade da escuta, impede a partilha. Ao não se escutar as alteridades, acaba-se por reafirmar, conforme a posição performada no jogo comunicacional, um *status* de autoridade pressuposta que tende a se perpetuar como lócus de enunciação privilegiada de uma voz autoritária e irrevogável que apenas replica e expõe informações assumindo que elas passarão intactas por essa dinâmica.

Não partilhar é não poder produzir em tensão o comum. Não se deixar afetar por outras alteridades é inviabilizar a comunicação, é aumentar o seu grau de improbabilidade – uma tendência a incomunicabilidade que pode alcançar o nível de acomodação. Na perspectiva de Paquot (2019), a “acomodação” é a recusa de querer se comunicar. De modo correlato ao proposto por Sodré (2007), a incomunicabilidade limita-se ao comunicativo, como transmissivo, técnico e informativo, restringindo o comunicacional, como potência e abertura.

Considerações finais

A compreensão limitada da comunicação como informação técnica trocada entre humanos ou máquinas evidencia e perpetua a incomunicabilidade. A redução das trocas, das partilhas, dos diálogos e das interações à informação e às mensagens trocadas se deu em virtude do advento e do aprimoramento dos meios técnicos a partir do início do século XX. Podemos acrescentar também os modos como historicamente as sociedades e, sobretudo, os grupos de poder, se apropriaram desses meios em prol de seus interesses políticos, econômicos, culturais, geopolíticos etc. Destacar esse aspecto evita uma posição redutora acerca das tecnologias midiáticas que poderiam tender à dominação ou mesmo serem tratadas como negativas, culposas ou danosas *per se*.

Como horizonte da comunicação, a incomunicabilidade traz os desafios das convivências, das indiferenças e das escutas entre alteridades significativas. A dinâmica comunicacional, como processualidade relacional híbrida entre diferenciadores, em que há contato e contágio mútuos, implica diferenças como condição da comunicabilidade, uma vez que outros/as se encontram ao romperem com o isolamento e com a indiferença, indo uns/umas em direção a, ao encontro de outros/as.

A responsabilidade ética e política de lidar com as diferenças requer convivências, pautadas por atritos, adaptações e ajustamentos mútuos entre diferenciadores quando se encontram. O encontro viabiliza e atualiza a comunicabilidade, como potência. No estabelecimento de relações que rompem com a indiferença e que buscam, portanto, a vinculação e a aproximação com outros/as que não si mesmos/as, são estabelecidas zonas instáveis de contato e de contágio mútuos.

O processo de associação e mediação como processualidade de mútua afetação entre as partes implicadas demanda que as diferenças permaneçam como alteridades significativas,

consideradas como válidas e não sobrepostas àquelas cuja posição hierárquica abafa e cala a diversidade, conduzindo, muitas vezes, à desigualdade e à apatia. Falar e escutar são práticas também implicadas na comunicação, pois expressam sua circularidade e abertura a outras visões de mundo que podem fabricar inventiva e coletivamente e em tensão o comum.

Quando sobreposta à comunicação, a incomunicação pode levar à indiferença e à falta de respeito mútuo, resultando em relacionamentos superficiais e frágeis, em que há provisórias vinculações que podem suprimir as diferenças por meio de cancelamentos, autoritarismos e racismos diversos. A incomunicação e a comunicação irrompem, então, quando não há atenção aos/às e interesse por/pelas outros/as, resultando em interações superficiais e mecânicas que podem levar à recusa de entrar em contato e contágio.

A abordagem ecológica da comunicação, bem como sua operação intermundos, destacam a necessidade de se considerar as associações entre diferentes entidades e materialidades de maneira simbiótica e interdependente. Igualmente, ressaltam a necessidade de habitar com as diferenças, promovendo a comunicação como um ato de conviver e construir em tensão o comum em meio às diversidades e com elas. Isso evidencia a importância de romper com visões antropocêntricas e valorizar a diversidade de perspectivas e experiências de diferenciante, tendo em vista o cuidado de não recair em antropofornismo ou holismo de entidades não humanas ou mais que humanas. Com isso, parece ser possível se promover coabitações e reciprocidades espaço-temporais entre diferenciantes, propiciando encontros significativos e construtivos.

Ao enfrentar os desafios das convivências, das indiferenças e das escutas, é essencial reconhecer que a comunicação implica, como tendência, a empatia, a abertura para diálogos e a disposição para compreender e pôr em relação pontos de vista diversos. A superação da incomunicação, sem necessariamente apagar as tensões entre comunicabilidades e incomunicabilidades e bem como a promoção de relações significativas exigem um esforço contínuo de estabelecimento de conexões afetivas e habilidades de responder aos convites entre diferenciantes sem tomar de antemão quem pode, quando pode e como pode comunicar.

Referências

ADORNO, T. **Philosophy of Modern Music**. London: Sheed & Ward, 1973.

BAITELLO JÚNIOR, N. Comunicação: as armadilhas das definições simplificadoras e/ou iluminadoras. **Líbero**, [S. l.], v. 20, n. 30, p. 9-15, jan./ago. 2017.

BRAGA, J. L. Comunicação é aquilo que transforma linguagens. **Revista Alceu**, v. 10, n. 20, p. 41-54, jan./jun. 2010a.

BRAGA, J. L. Nem rara, nem ausente - tentativa. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 4, n. 1, p. 65-81, 2010b.

BRAGA, J. L. Interação como contexto da Comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, Brasil, v. 6, n. 1-2, p. 25-42, 2012.

OLIVEIRA, L de; ALTIVO, B. R.; FIGUEROA, J. V. Pensar a comunicação intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos interepistêmicos. **Galáxia**, n. 46, p. 1-17, 2021.

FERRARA, L. D'A. Epistemologia da Diferença. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 30, 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: PUC-SP, 2021.

FERRARA, L. Epistemologia Política da Comunicação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 25., 2016, Goiânia. **Anais [...]**. Goiânia: UFG, 2016.

FRANÇA, V.; SIMÕES, P. **Curso básico de Teorias da Comunicação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GARCÍA, M. R. As contribuições do pragmatismo de William James e da fenomenologia social de Alfred Schütz à Comunicação. **MATRIZES**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 221-235, 2011.

GIBSON, J. J. Notes on affordances. *In*: GIBSON, J. J.; REED, E. S.; JONES, R. (orgs.). **Reasons for realism: Selected Essays of James J. Gibson**. London: Lawrence Erlbaum Associates, 1982. p. 401-418.

GIBSON, J. J. **The Ecological Approach to Visual Perception**. New York: Psychology Press, 2015. Classic Editions.

HARAWAY, D. **Ficar com o problema: fazer parentes no chthluceno**. São Paulo: n-1edições, 2023.

HARAWAY, D. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In*: HARAWAY, D.; KUNZRU, H; TADEU, T. **Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. p. 33-118.

HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. **Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

KUNSCH, M. M. K. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada.** São Paulo: Summus, 2003.

LATOUR, B. **Enquête sur les modes d’existence: une anthropologie des Modernes.** Paris: La Découverte, 2012.

LATOUR, B. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica.** Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994a.

LATOUR, B. On technical mediation. **Common Knowledge**, v. 3, n. 2, p. 29-64, 1994b. Disponível em: <http://www.bruno-latour.fr/sites/default/files/54-TECHNIQUES-GB.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.

LATOUR, B. **Reagregando o social: uma introdução à Teoria do Ator-Rede.** Salvador, EDUFBA; Bauru, EDUSC, 2012.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas: Teoria Ator-Rede e cibercultura.** São Paulo: Annablume, 2013.

LEMOS, A. Comunicação, Mediação e Modo de Existência na Cibercultura. *In:* ALZAMORA, G.; ZILLER, J; COUTINHO, F. (orgs.). **Dossiê Bruno Latour.** Belo Horizonte: UFMG, 2020. p. 179-206.

LEMOS, A. Errores en la Cultura Digital. *In:* CARLÓN, M. (org.). **Lo contemporáneo: indagaciones sobre el cambio de época en/desde América Latina.** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Instituto de Investigaciones Gino Germani, 2023. p. 65-90.

LIESEN, M. Excommunicatio communicationis: uma introdução a uma teoria negativa da comunicação. **Líbero**, [S. l.], v. 22, n. 43, jan./jun. 2019, p. 29-42.

MARCONDES FILHO, C. Hora de reescrever as teorias da comunicação. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 7, n. 14, 2019.

MARCONDES FILHO, C. **O princípio da razão durante: o conceito de comunicação e a epistemologia moderna.** Nova Teoria da Comunicação III – Tomo V. São Paulo: Paulus, 2010.

MARCONDES FILHO, C. Ensaio sobre a incomunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 9, n. 17, 2012.

MARRAS, S. Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 69, p. 250-266, abr. 2018.

MARTINO, L. C. De qual comunicação estamos falando? *In:* HOHLFELDT, A.;

MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. (orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. p. 11-25.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, Â. C. S. Três dimensões do conceito de “diferença” como condição para a comunicação. **Comunicação & Informação**, Goiânia, Goiás, v. 26, p. 17–34, 2023.

MARTINO, L. M. S. Pensar a comunicação em 1909: uma leitura do conceito em “Social Organization”, de Charles H. Cooley. **Logos**, [S. l.], v. 27, n. 2, 2020.

MARTINO, L. M. S. **Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos**. São Paulo: Vozes, 2014.

MEAD, G. H. **Mind, self, and society: from standpoint of a social behaviorist**. Chicago: University of Chicago Press, 1934.

OLIVEIRA, L.; ALTIVO, B. R.; FIGUEROA, J. V. Pensar a comunicação intermundos: fóruns cosmopolíticos e diálogos interepistêmicos. **Galáxia**, n. 46, p. 1-17, 2021.

OLIVEIRA, L. de.; SALGADO, T. B. P. Comunicação intermundos: entre a violência e a re-existência, quem fala? **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 22, n. 42, p. 142-153, 2023.

PAQUOT, T. Malaise dans la communication. Petit lexique des mots de l'incommunication et de l'acomunicação. **Hermès**, n. 84, p. 17-27, 2019/2.

PETERS, J. D. Communication: History of the Idea. *In*: DONSBACH, W. (ed.) **The International Encyclopedia of Communication**. Oxford: Blackwell Publishing, 2008. p. 689-693.

PETERS, J. D. Introduction: The Problem of Communication. *In*: PETERS, J. D. **Speaking into the Air: A History of the Idea of Communication**. Chicago: University of Chicago Press, 1999. p. 1-30.

PIMENTA, M. A. **Comunicação Empresarial**. 5 ed. Campinas: Alínea, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Revista del Instituto Indigenista Peruano**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

SALGADO, T. B. P. A comunicação face ao Antropoceno: os desafios das comunicabilidades junto às alteridades significativas. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 46., 2023, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2023. p. 1-13.

SALGADO, T. B. P. **Sociologias pragmáticas e cultura digital**. Salvador: EDUFBA, 2022.

- SALGADO, T. B. P.; MATTOS, M. A. A comunicação para Ciro Marcondes Filho: sua trajetória no GT de Epistemologia da Comunicação da Compós. **Questões Transversais**, São Leopoldo, Brasil, v. 9, n. 18, 2022.
- SALGADO, T. B. P.; MATTOS, M. A. De volta à comunicação: um percurso histórico-etimológico. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, [S. l.], v. 18, n. 32, p. 48-58, 2020.
- SALGADO, T. B. P.; OLIVEIRA, L. de. Autocrítica como enfrentamento à colonialidade das abordagens comunicacionais brasileiras. **Chasquí**, [S. l.], n. 150, p. 113-128, ago./nov. 2022.
- SALGADO, T. B. P.; DE OLIVEIRA, L. Sociabilidade e comunicabilidade: convivências ontológicas em zonas de contato e contágio. **Logos**, [S. l.], v. 30, n. 1, p. 65-80, 2023.
- SANTAELLA, L.; NÖTH, W. Representações da alteridade nas mídias. **Líbero**, [S. l.], v. 20, n. 30, v. 12, n. 24, p. 33-40, dez. 2009.
- SHANNON, C. E.; WEAVER, W. **The mathematical theory of communication**. University of Illinois Press, 1949.
- SIGNATES, L. Entre Luhmann e Habermas: pressupostos para uma metateoria das tensões comunicacionais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA COMPÓS, 33., 2024, Niterói. **Anais** [...]. Niterói: UFF, 2024.
- SODRÉ, M. **A ciência do comum**: notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- SODRÉ, M. A ruptura paradigmática da comunicação. **MATRIZES**, [S. l.], v. 17, n. 3, p. 19-27, 2023.
- SODRÉ, M. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZES**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 15-26, 2007.
- TORQUATO, G. **Comunicação Empresarial**. São Paulo: Summus, 1996.
- WINKIN, Y. Munus ou la communication : l'étymologie comme heu-ristique. **Médiation et information**, n. 10, p. 47-55, 1999.
- WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- YAMAMOTO, E. Y. **Comunidade e comunicação**: ensaios sobre o ser-com. Curitiba: Appris, 202.
- YAMAMOTO, E. Y. **Desentranhar o comunicacional**: a Comunicação segundo José Luiz Braga. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 1, n. 2, 2013.

Dados de Autoria

Tiago Barcelos Pereira Salgado

E-mail: tigubarcelos@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1274-1845>

Instituição: Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, Distrito Federal, Brasil

Minibiografia: Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCOM-UFMG). Professor do Mestrado em Comunicação Digital no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

Dados do artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese:

Não se aplica.

Fontes de financiamento:

Não se aplica.

Apresentação anterior:

Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, 2024.

Agradecimentos/Contribuições adicionais:

Agradeço aos pareceristas e colegas do GT de Epistemologia da Comunicação da Compós 2024 pelas contribuições, críticas e sugestões de revisão.

Dados sobre Cuidados Éticos e Integridade Científica

A pesquisa que resultou neste artigo teve financiamento?

Não.

Financiadores influenciaram em alguma etapa ou resultado da pesquisa?

Não.

Liste os financiadores da pesquisa:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com os financiadores da pesquisa?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum tipo de vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização mencionada pelo artigo?

Não se aplica.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Autora, autor, autores têm algum vínculo ou proximidade com alguma pessoa ou organização que pode ser afetada direta ou indiretamente pelo artigo?

Não.

Descreva o vínculo apontado na questão anterior:

Não se aplica.

Interferências políticas ou econômicas produziram efeitos indesejados ou inesperados à pesquisa, alterando ou comprometendo os resultados do estudo?

Não.

Que interferências foram detectadas?

Não.

Mencione outros eventuais conflitos de interesse no desenvolvimento da pesquisa ou produção do artigo

Não há conflitos de interesse.

A pesquisa que originou este artigo foi realizada com seres humanos?

Não.

Entrevistas, grupos focais, aplicação de questionários e experimentações envolvendo seres humanos tiveram o conhecimento e a concordância dos participantes da pesquisa?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Participantes da pesquisa assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

A pesquisa tramitou em Comitê de Ética em Pesquisa?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

O Comitê de Ética em Pesquisa aprovou a coleta dos dados?

Não se aplica porque a pesquisa não envolveu a participação de seres humanos.

Mencione outros cuidados éticos adotados na realização da pesquisa e na produção do artigo:

Não se aplica.